

Doc. 01

Plano de Recuperação Judicial

TJRJ NIT CV08 202300239983 19/01/23 18:13:39138043 PROGER-VIRTUAL

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ENAVAL - ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA.
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2023.

Sumário

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2.	DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	4
3.	INTRODUÇÃO	8
3.1	Histórico e evolução da empresa	8
3.2	Das instalações da ENAVAL	10
4.	A CRISE DA EMPRESA E CENÁRIO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA	12
4.1	Razões da crise	12
4.2	Cenário Econômico de Recuperação.....	13
5.	VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO	14
5.1	Objetivos do Plano	14
5.2	Viabilidade econômica e ativos da Recuperanda.....	14
5.3	Equilíbrio operacional da empresa	15
5.4	Premissas adotadas nas projeções.....	15
6.	MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	17
6.1	Concessão de prazos e condições especiais para pagamentos de suas obrigações (LRF, art. 50, I)	17
6.2	Parceria comercial e operacional com investidores, credores e clientes	17
6.3	Equalização de encargos financeiros (LRF, art. 50, I e XII)	18
6.4	Venda Parcial de Ativos (LRF, art. 50, XI)	18
6.5	Constituição da Unidade Produtiva Isolada (UPI) – Enaval Logística (LRF, art. 50, XVI c/c art. 60)	19
6.6	Alienação de ativos (LRF, art. 66)	22
7.	APRESENTAÇÃO DOS CREDITORES.....	23
8.	PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES	24
8.1	Classe I - Trabalhista.....	25
8.1.1	Limite da proposta para os Credores da Classe Trabalhista.....	26
8.1.2	Credores trabalhistas com salários vencidos anteriores ao pedido.....	26
8.1.3	Do envio da opção de pagamento.....	26
8.1.4	Credores trabalhistas ilíquidos	27
8.2	Classe II – (Credores com garantias reais).....	27
8.3	Classe III – (Credores quirografários)	27
8.4	Classe IV – (Credores Microempresa e EPP)	28
9.	EFEITOS DO PLANO	29
9.1	Vinculação do Plano	29
9.2	Novação.....	29

9.3	Créditos Ilíquidos.....	31
9.4	Créditos Retardatários	31
a.	Modificação no Valor dos Créditos	31
b.	Reclassificação dos Créditos.....	32
9.5	Passivo tributário	32
10.	DISPOSIÇÕES GERAIS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	32
10.1	Meios de Pagamento	32
10.2	Informação das Contas Bancárias [Adesão do Credor]	33
10.3	Data do Pagamento.....	34
10.4	Comunicações	34
10.5	Divisibilidade das Previsões do Plano	34
10.6	Cessão de Créditos	35
10.7	Credores Extraconcursais Aderentes	35
10.8	Lei Aplicável.....	35
10.9	Eleição de Foro	35
10.10	Encerramento da Recuperação Judicial	36
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

ENAVAL – ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA, sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.445.332/0001-05, com sede na Rua Miguel Lemos, nº 87, Ponta D’Areia, Niterói, Rio de Janeiro, CEP 24.020-260, apresenta, nos autos do processo de Recuperação Judicial sob o nº 0039170-02.2022.8.19.0002, em trâmite perante o douto Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro, o presente Plano de Recuperação Judicial, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

O Plano atende às exigências da LRF, cuja viabilidade econômica, de que trata o art. 53, inciso II da Lei, é objeto do **Laudo Econômico Financeiro anexo-1**, no qual também se observa a compatibilidade entre a proposta de pagamento aos credores e a geração de recursos da Recuperanda.

O **Laudo de avaliação dos bens e ativos**, conforme art.53, inciso III, da lei nº 11.101/2005, é apresentado no **anexo-2**.

2. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

Os termos e expressões utilizados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos nesta Cláusula. Tais termos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que com isso percam o significado que lhes é atribuído.

2.1. Administrador Judicial: é Dr. Júlio Matuch de Carvalho – OAB/RJ nº 98.885, nomeado pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Capítulo II, Seção III, da LRF, ou quem venha a substituí-lo de tempos em tempos.

2.2. Assembleia de Credores: é qualquer Assembleia Geral de Credores, realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV, da LRF.

2.3. Créditos com Garantia Real: são os Créditos assegurados por direitos reais de garantia (tal como um penhor ou uma hipoteca), até o limite do valor do respectivo bem, nos termos do artigo 41, inciso II e 83, inciso II da LRF.

2.4. Créditos Concursais: são os créditos e obrigações detidos pelos Credores contra a Recuperanda, ou que as mesmas possam vir a responder por qualquer tipo de coobrigação, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, objeto ou não de disputa judicial ou procedimento arbitral, existentes na Data do Pedido ou cujo fato gerador seja anterior ou coincidente com a Data do Pedido (07/10/2022), ou que decorram de contratos, instrumentos ou obrigações existentes na Data do Pedido, sujeitos à recuperação judicial e que, em razão disso, podem ser alterados por este Plano, nos termos da LRF.

2.5. Créditos Trabalhistas: são os créditos e direitos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, inciso I e nos limites do art. 83, inciso I da LRF, e os créditos e direitos consistentes em honorários advocatícios reconhecidos pela Recuperanda ou fixados por sentença judicial transitada em julgado até a Data do Pedido, que não estejam garantidos por qualquer garantia real.

2.6. Créditos Quirografários: são os Créditos Quirografários, conforme previstos nos artigos 41, inciso III e 83, inciso VI da LRF.

2.7. Créditos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: são os Créditos detidos por Credores constituídos sob a forma de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e previstos nos artigos 41, inciso IV e 83, inciso IV, d, da LRF.

2.8. Créditos Extraconcursais: são os Créditos que não se sujeitam à Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 49, §§ 3º e 4º, e 67 da LRF, bem como os créditos cujo fato gerador seja posterior à Data do Pedido, ou que decorram de contratos, instrumentos ou obrigações posteriores à Data do Pedido.

2.9. Credores: são as pessoas físicas ou jurídicas detentoras de Créditos, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

2.10. Credores com Garantia Real: são os Credores Concurais titulares de Créditos com Garantia Real.

2.11. **Credores Concursais:** são os Credores titulares de Créditos Concursais.

2.12. **Credores Extraconcursais:** são os Credores titulares de Créditos Extraconcursais.

2.13. **Credores Extraconcursais Aderentes:** são os Credores Extraconcursais que resolverem aderir aos termos deste Plano recebendo seus Créditos Extraconcursais nas formas e prazos aqui dispostos.

2.14. **Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:** são os Credores titulares de Créditos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.15. **Credores Quirografários:** são os Credores titulares de Créditos Quirografários.

2.16. **Credores Retardatários:** são os Credores que, em razão da apresentação de habilitações retardatárias, forem incluídos pelo Administrador Judicial na Lista de Credores após o decurso do prazo de 10 dias contados da publicação na imprensa oficial do Edital a que se refere o artigo 7º, § 2º, da LRF.

2.17. **Credores Sub-rogatórios:** são os Credores que se sub-rogarem na posição de Credor Concursal ou Credor Aderente em razão de sub-rogação de qualquer natureza de um Crédito inserido na Lista de Credores.

2.18. **Credores Trabalhistas:** são os Credores Concursais titulares de Créditos Trabalhistas.

2.19. **Data da Publicação da Decisão de Homologação do Plano:** data em que ocorrer a publicação na imprensa oficial da decisão de Homologação Judicial do Plano e Concessão da Recuperação Judicial da Recuperanda, proferida pelo Juízo da Recuperação.

2.20. **Data do Pedido:** é o dia 07/10/2022, data em que o pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado pela Recuperanda.

2.21. **Dia Corrido:** para fins deste Plano, Dia Corrido será qualquer dia, de modo que os prazos contados em Dias Corridos não sejam suspensos ou interrompidos, à exceção do dia do vencimento.

2.22. **Dia Útil:** para fins deste Plano, ‘dia útil’ será qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, feriado no Estado do Rio de Janeiro ou feriado municipal na Cidade de Niterói ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na Cidade de Niterói.

2.23. **Homologação Judicial do Plano:** é a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação que vier a conceder a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou artigo 58, §1º, da LRF.

2.24. **Juízo da Recuperação:** é o Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Niterói – Rio de Janeiro.

2.25. **LRF:** é a Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

2.26. **Lista de Credores:** é a relação consolidada de credores da Recuperanda elaborada pelo Administrador Judicial e aditada de tempos em tempos pelo trânsito em julgado de decisões judiciais que reconhecerem novos Créditos Concurais ou alterarem a legitimidade, classificação ou o valor de Créditos Concurais já reconhecidos.

2.27. **Plano:** é este plano de recuperação judicial, conforme aditado, modificado ou alterado.

2.28. **Recuperação Judicial:** é o processo de recuperação judicial da ENAVAL, autuado sob o nº 0039170-02.2022.8.19.0002 e em trâmite perante o Juízo da Recuperação.

2.29. **Recuperanda:** ENAVAL – ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA.

2.30. **Cláusulas e Anexos.** exceto se especificado de forma diversa, todas as Cláusulas e Anexos mencionados neste Plano referem-se a Cláusulas e Anexos deste Plano, assim como as referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens.

2.31. **Títulos.** os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

2.32. **Termos.** os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da expressão, “mas não se limitando a”.

2.33. **Referências.** as referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

2.34. **Disposições Legais.** as referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

2.35. **Prazos.** todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou Dias Corridos) cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o primeiro Dia Útil subsequente.

3. INTRODUÇÃO

3.1 Histórico e evolução da empresa

A ENAVAL iniciou suas atividades no ano de 1998 no ramo de serviços de construção naval e engenharia offshore, upgrades e serviços de reparo e construção, montagem e manutenção.

À época da fundação da ENAVAL, o Brasil atravessava uma crise econômica no setor naval e de construções offshore. Observando as oportunidades na indústria de construção naval e de plataformas de petróleo para produção de petróleo e gás, surgiu a ENAVAL atenta às demandas de mercado.

No final dos anos 90, a indústria de construção naval e de plataformas de petróleo para a produção de petróleo e gás se encontrava defasada com processos de produção com longo tempo de operação e equipamentos e maquinário envelhecidos.

Observando este cenário, a ENAVAL investiu para incrementar as plataformas com avanços tecnológicos, passou a oferecer ao mercado serviços para modificar processos com a instalação e substituição de equipamentos, maximização de pessoas embarcadas com ampliação de áreas habitáveis, novos camarotes (acomodações), áreas de lazer, além da manutenção rotineira das plataformas.

Já em 1998, a ENAVAL obteve o seu primeiro contrato que consistiu na troca de 2 guindastes de 40 toneladas de capacidade, situados em uma plataforma de perfuração atracada em um estaleiro, cuja operação foi realizada com tempo recorde com total segurança, superando as expectativas e serviu como divulgação na ENAVAL no mercado marítimo.

Em 2002, a ENAVAL inicia sua participação na área de construção de módulos para plataformas de produção de petróleo e gás. Nesse processo a ENAVAL maximizou seu quadro de funcionários com pessoal qualificado e capacidade de gerenciamento e supervisão.

Desde os anos 2000, sobretudo entre os anos 2005 e 2010, o aumento do preço do petróleo e os investimentos da Petrobras na exploração de petróleo e gás proporcionaram um crescimento no ramo de construção de plataformas favorecendo a construção de módulos e de modificações nas plataformas já existentes.

Em 2005, a ENAVAL dispunha de quadro de 550 funcionários, obteve um faturamento de R\$ 34.400.000,00, que corresponderam na ocasião a USD 15.000.000,00. Neste ano, a ENAVAL realizou a sua primeira exportação de Skids (pequenos módulos), sendo equipamentos com peso total de 60 toneladas, destinados aos Estados Unidos.

Em 2008, a ENAVAL, já consolidada nacionalmente na produção de módulos, fechou um contrato para a construção de 8 (oito) módulos, tendo o prazo de entrega o período de 4 (quatro) anos.

Desde então, até 2015, a ENAVAL entregou o total de 47 (quarenta e sete) módulos para diversas plataformas de petróleo que foram construídas ou tiveram sua construção finalizada no Brasil.

Ao longo de sua história, a ENAVAL executou mais de 300 (trezentos) contratos gerando faturamento anuais que variaram em média entre R\$ 50 e R\$ 80 milhões de reais.

Em termos de faturamento cabe mencionar que nos idos anos de 2017 e 2018, embora o setor da indústria naval estivesse nessa época em crise econômica, a ENAVAL conseguiu fechar um contrato para aumento da capacidade de produção de gás da Plataforma de Mexilhão, nos campos do pré-sal da Bacia de Santos com faturamento de R\$ 150 milhões de reais.

3.2 Das instalações da ENAVAL

As instalações da ENAVAL situada na Ponta D'Areia, Niterói, Rio de Janeiro, assim demonstra-se:

Fachada:



Vista aérea:



Galpão:



Área externa:



Área interna:



4. A CRISE DA EMPRESA E CENÁRIO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

4.1 Razões da crise

Apesar do histórico de sucesso na contínua e ininterrupta atividade empresarial da ENAVAL, os fatores econômicos e financeiros do país refletiram em sua performance, resultando na atual situação de crise da empresa, exigindo o pedido de Recuperação Judicial para a superação das dificuldades enfrentadas, com vistas a sua preservação, de seus funcionários e dos seus negócios presentes e futuros, mantendo-se firme como agente relevante do cenário econômico e social do Estado do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista externo, em termos de mercado, é notório que desde o ano de 2014 o Brasil vem atravessando uma das mais difíceis crises econômico-financeiras já vivenciadas, refletindo nos mais diversos setores da economia. Com o setor da Construção Naval, não foi diferente.

Nos anos de 2015 e 2016, os setores da economia brasileira passaram pela mais grave recessão econômica, houve retração de 3,55% e 3,31% no Produto Interno Bruto (PIB).

A queda que afetou as demandas do setor de construção de plataformas e seus componentes repercutiu na tomada de decisão da ENAVAL de investir no seguimento de *offshore* e de obras de modificações e ampliação de plataformas de petróleo existentes em operação.

Vislumbra-se que em 2019 a construção naval poderia se reerguer, especialmente com a retomada do nicho de mercado de rebocadores e embarcações rápidas para apoio *offshore*.

Em 2020, ainda havia uma expectativa de melhora no cenário econômico para o setor da construção naval, mas o alastramento do COVID-19 afetou negativamente todos os setores da economia. Não à toa, os efeitos da pandemia culminaram em uma queda de -4,1% no PIB. Especificamente no setor de construção de plataformas e serviços de obras de modificações e ampliação de plataformas de petróleo, a situação foi ainda pior.

Todo o histórico supracitado tornou absolutamente necessária a impetração do pedido de Recuperação Judicial, estando devidamente expostas as razões da crise econômico-financeira que afetaram a ENAVAL, a qual encontra-se em manifesta dificuldade de atender seus compromissos e pagamentos com a pontualidade e habitualmente desejada.

4.2 Cenário Econômico de Recuperação

Não obstante a crise momentânea pela qual atravessa, esta é plenamente superável, em razão do potencial da ENAVAL e o *know-how* que possui ao longo de todos esses anos de contínua e ininterrupta atividade.

Cumprasse assinalar nesse prognóstico que a ENAVAL detém estrutura operacional com recursos material e humano suficientes à continuidade das suas atividades.

Se não fosse a notória crise no setor naval, conforme se comprova através das notícias citadas acima, a ENAVAL não estaria com problemas de caixa e não precisaria do procedimento da Recuperação Judicial que, nas atuais circunstâncias, revela-se absolutamente necessária, inclusive em salvaguarda dos interesses de seus próprios credores, evitando-se, com isso, as nefastas consequências, principalmente de ordem social, que decorreriam do colapso empresarial.

Contudo, a ENAVAL vislumbra que as oportunidades no seguimento naval serão muito grandes nos próximos anos e está debruçando todos seus esforços comerciais para superar a crise que momentaneamente lhe acomete.

Um fato alentador é que o setor de óleo e gás, setor ligado à ENAVAL, a partir de 2020 voltou a crescer em escala mundial devido ao aumento do preço do petróleo.

Verifica-se que o cenário atual demonstra um reaquecimento da economia e com novas demandas provenientes de investimentos da Petrobras e de outras empresas estrangeiras do setor petroquímico que atuam no território nacional.

Nesse cenário, a demanda de construção de componentes e módulos para plataformas atendida pela ENAVAL ganhará solidez no ano de 2023.

Portanto, apesar de viver atualmente verdadeira asfixia financeira, resultante da absoluta crise no setor naval, a ENAVAL possui enorme capacidade de reerguer-se.

Assim, sendo certo que o novel diploma legal, consubstanciado na Lei nº 11.101/2005, prioriza a manutenção da empresa potencialmente capaz de superar situação de momentânea crise financeira, mediante meios que elenca no seu art. 50, dentre os quais, no inciso I, a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, bem como, no inciso XII, a equalização dos encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, e também, como inciso XI, a venda parcial de ativos, de tudo resulta pelo inegável potencial da ENAVAL, que o remédio para a superação da disfunção econômico-financeira momentânea está na utilização da medida judicial prevista no art. 47 do citado diploma legal, ou seja, a presente Recuperação Judicial.

5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

5.1 Objetivos do Plano

O Plano visa permitir que a Recuperanda supere sua crise econômico-financeira, adotando as medidas necessárias para permitir sua reorganização administrativa, operacional e financeira, que garanta a manutenção de empregos diretos e indiretos, e, principalmente, os direitos de seus credores.

5.2 Viabilidade econômica e ativos da Recuperanda

A crise financeira atualmente experimentada pela Recuperanda é fruto de uma conjunção de fatores ocorridos na economia do país, nesses últimos anos, e que afetaram adversamente seu fluxo de caixa.

Embora esteja atravessando um indesejado momento de dificuldades financeiras, a Recuperanda é plenamente viável, lucrativa e com valor agregado em seus ativos e sua tecnologia. Além disso, são inquestionáveis fontes de empregos diretos e indiretos.

5.3 Equilíbrio operacional da empresa

A Recuperanda iniciou seu projeto de reestruturação interna, a partir da adoção de boas práticas de gestão, objetivando readequar seus custos fixos e variáveis (investimentos) às novas condições de mercado – remodelagem de sua estrutura de capital e necessidade de capital de giro que, somado ao deferimento da presente medida judicial, permitirá condições adequadas para o plano de pagamento da dívida.

A reestruturação interna se concentra nas seguintes medidas:

- Definição de um plano de negócios, com ênfase nos seguintes setores: fiscal, tecnologia da informação, logística, contábil e custos;
- Readequação dos custos fixos e variáveis, com a renegociação de todos os contratos com terceiros;
- Estudos dos produtos e serviços ofertados, visando priorizar maior lucratividade;
- Desenvolvimento e implantação de controles de custos que sejam mais precisos, identificando os gargalos existentes;
- Melhoramento na integração dos processos de vendas, *marketing* e compras, visando a redução do ciclo econômico e comercial;
- Alteração na gestão da política financeira de curto para longo prazo;
- Desenvolvimento e melhoria dos controles financeiros já existentes; e
- Elaboração do presente Plano de Recuperação Judicial.

5.4 Premissas adotadas nas projeções

As projeções dos números da recuperação econômica e financeira da ENAVAL mostram as condições de reversão do quadro negativo atualmente apresentado. Para isso, foram adotadas as seguintes premissas:

- Evolução do faturamento, conforme demonstrado no quadro abaixo;
- Redução dos custos fixos, dos insumos e das despesas com manutenção dos equipamentos;
- Redução das despesas com logística e transportes;
- Redução das despesas administrativas;

- Redução das despesas financeiras, com alongamento do endividamento resultante dos créditos submetidos à Recuperação Judicial, de curto para longo prazo, às taxas mais realistas para a Recuperanda;
- Proposta aos credores da recuperação judicial para pagamentos das obrigações vencidas e vincendas com a concessão de prazos e condições especiais, bem como o alinhamento dos encargos financeiros das obrigações do plano.

Com efeito das premissas adotadas, a Recuperanda apresenta a projeção de resultados:

DRE - FLUXO DE CAIXA												Em R\$ mil
Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mês	12	24	36	48	60	72	84	96	108	120	132	144
Receita produtos/serviços	19.361	21.950	25.104	26.452	27.872	29.369	30.946	32.608	34.359	36.204	38.148	40.197
(-) Deduções /Impostos	2.962	3.584	4.099	4.320	4.552	4.796	5.053	5.325	5.611	5.912	6.230	6.564
Receita Líquida	16.399	18.365	21.004	22.132	23.321	24.573	25.893	27.283	28.748	30.292	31.919	33.633
(-) Custos produtos/serviços	12.585	15.267	17.317	17.194	18.117	19.090	20.615	22.195	23.833	25.033	26.296	27.628
Lucro Bruto	3.815	3.098	3.687	4.939	5.204	5.483	5.278	5.088	4.915	5.259	5.622	6.005
Despesas Gerais e Administrativas	484	549	628	661	697	734	774	815	859	905	954	1.005
EBITDA	3.331	2.549	3.059	4.277	4.507	4.749	4.504	4.273	4.056	4.354	4.669	5.000
(-) Depreciação	97	110	126	132	139	147	155	163	172	181	191	201
EBIT	3.234	2.439	2.934	4.145	4.368	4.602	4.349	4.110	3.884	4.173	4.478	4.799
(+/-) Resultado Financeiro	39	24	69	97	126	156	187	219	252	285	320	173
LAIR	3.195	2.416	2.865	4.048	4.241	4.446	4.162	3.891	3.632	3.888	4.158	4.625
(-) IRPJ/CSLL	799	604	716	1.012	1.060	1.111	1.040	973	908	972	1.039	1.156
Lucro Líquido	2.396	1.812	2.149	3.036	3.181	3.334	3.121	2.918	2.724	2.916	3.118	3.469

O EBITDA (indicador que mostra o desempenho operacional da empresa, no período projetado), apresenta um crescimento estabilizado que, ajustado às despesas recorrentes, atingindo um resultado **positivo**, demonstrando a capacidade da empresa em gerar caixa.

O lucro líquido, indicador financeiro, reflete o desempenho da Recuperanda, levando em conta todos os fatores operacionais e financeiros, sem a afetação de novas captações financeiras.

A geração de caixa, sinalizado no indicador ebitda, demonstra a evolução dos recursos financeiros no caixa da empresa, fluxo de caixa livre, que oferece uma margem de compensação para situações de restrição de crédito e cumprimento das obrigações do Plano de Recuperação, além de outras obrigações de investimentos necessárias à continuidade da atividade operacional.

FLUXO DE CAIXA - PLANO RECUPERAÇÃO

Em R\$ mil

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mês	12	24	36	48	60	72	84	96	108	120	132	144
Geração de Caixa EBITDA	3.331	2.549	3.059	4.277	4.507	4.749	4.504	4.273	4.056	4.354	4.669	5.000
(-) IRPJ/CSLL	799	604	716	1.012	1.060	1.111	1.040	973	908	972	1.039	1.156
(-) Pagamentos a Credores	2.560	485	990	1.019	1.048	1.078	1.109	1.141	1.173	1.207	1.242	634
(-) Parcelamento Tributário	804	804	804	804	804	804	804	804	804	804	804	402
(+) Realização de Ativos Operacionais	840											
Geração de Caixa	8	657	549	1.443	1.595	1.756	1.551	1.355	1.170	1.371	1.584	2.807
Caixa Acumulado	8	664	1.213	2.656	4.251	6.006	7.557	8.912	10.083	11.454	13.038	15.845

6. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Com objetivo de viabilizar a superação da crise econômico-financeira, a Recuperanda pretende adotar os meios contidos no artigo 50, incisos I, XII, da Lei 11.101/2005, dentre outros, de acordo com a projeção de recursos econômico-financeiros para o período da recuperação, que irão, assim, atestar a viabilidade da empresa.

6.1 Concessão de prazos e condições especiais para pagamentos de suas obrigações (LRF, art. 50, I)

Para os créditos submetidos à presente Recuperação Judicial, conforme adiante detalhados, a Recuperanda necessitará da concessão de prazo para pagamento, observados sempre os limites estabelecidos pela Lei e por este Plano, com objetivo de reestruturar as dívidas contraídas perante os credores relacionados.

6.2 Parceria comercial e operacional com investidores, credores e clientes

A Recuperanda poderá buscar interessados em fechar parcerias estratégicas, seja na área comercial ou operacional, seja com investidores, credores, distribuidores ou clientes, que vise incrementar o volume de negócios, reduzir os custos fixos operacionais e gerar maior rentabilidade. Além disso, a Recuperanda poderá buscar parceiros que viabilizem o investimento necessário nas instalações industriais.

Caso alguma parceria seja concretizada, a remuneração do parceiro/investidor poderá ser em participação nos resultados gerados pela

própria parceria. A implementação dessa operação somente será possível se: (i) não houver qualquer prejuízo para o regular cumprimento da proposta contida neste Plano; ou, caso necessário, (ii) seja apresentada uma modificação a este Plano.

6.3 Equalização de encargos financeiros (LRF, art. 50, I e XII)

Os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, inclusive os trabalhistas, serão atualizados e remunerados pela TR – Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao ano, os quais começarão a incidir, a partir da publicação da decisão homologatória do presente Plano, até o efetivo pagamento.

6.4 Venda Parcial de Ativos (LRF, art. 50, XI)

Enquanto estiver em curso a Recuperação Judicial, a Recuperanda somente poderá alienar, vender, dar em pagamento, remover, onerar ou oferecer em garantia, inclusive garantia judicial, bens, ativos e/ou direitos, individualmente ou em conjunto e que sejam parte de seu Ativo Não Circulante somente quando houver (i) a aprovação dos Credores Concursais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LRF ou, alternativamente, (ii) autorização do Juízo da Recuperação Judicial.

Após o encerramento da Recuperação Judicial, fica dispensada a necessidade de (i) aprovação dos Credores Concursais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LRF e de (ii) autorização do Juízo da Recuperação Judicial; no que couber.

O bem objeto da alienação prevista nesta cláusula estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do adquirente nas obrigações da Recuperanda de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, observado o disposto no § 1º do art. 141 da LRF.

6.5 Constituição da Unidade Produtiva Isolada (UPI) – Enaval Logística (LRF, art. 50, XVI c/c art. 60)

A Recuperanda poderá organizar a criação da UPI – Enaval Logística nos seguintes termos e condições:

Nome Empresarial: Enaval Logística Ltda.

Tipo societário: sociedade empresária unipessoal limitada

Objeto social: prestação de serviços de logística

Quadro Social: a Recuperanda será a única detentora da totalidade das quotas

Ativos integralizados: Bem imóvel situado no Lote 7/A da quadra W, formado pela unificação dos lotes 05, 06 e 07 do loteamento Novo Cavaleiros, 5º prolongamento, Vale Encantado, no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 27933-440, matriculado sob o nº 25.269, junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis de Macaé/RJ avaliado em R\$ 9.136.000,00 (nove milhões e cento e trinta e seis mil reais), na data de 05 de maio de 2016 (**anexo-3**), pendente de avaliação atualizada para que se alcance o real “Preço Sugerido de Venda” ou PSV.

A UPI – Enaval Logística poderá ser alienada pela Recuperanda mediante a transferência da propriedade das quotas representativas do capital social da UPI – Enaval Logística, independentemente (i) da conjuntura do mercado no momento de a venda ser favorável ou desfavorável e (ii) da consolidação do quadro-geral de credores; e poderá contar com serviços de terceiros como consultores, corretores e leiloeiros. A UPI – Enaval Logística será alienada por processo competitivo a exclusivo critério da Recuperanda ou por meio de proposta fechada.

A UPI – Enaval Logística será alienada tendo como referencial seu correspondente PSV e não estará sujeita à aplicação do conceito de preço vil.

A UPI – Enaval Logística estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do adquirente nas obrigações da Recuperanda de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, observado o disposto no § 1º do art. 141 da LRF.

Alienação por Proposta Fechada. A alienação da UPI – Enaval Logística por apresentação de propostas fechadas, deverá observar os procedimentos e

regras especificados nos respectivos editais que poderá prever inclusive (a) as condições mínimas de aquisição, que não poderá resultar em preço inferior ao correspondente PSVs e (b) os requisitos para participação neste referido procedimento competitivo (“Edital de Alienação”).

Data Room: A depender da complexidade e necessidade de compartilhamento de informações com os na aquisição da UPI – Enaval Logística, a Recuperanda poderá, mediante assinatura pelos interessados, de acordo de compromisso de sigilo cuja minuta será disponibilizada pela Recuperanda e desde que atendidos os critérios de qualificação estabelecidos nesta cláusula, requerer, a qualquer tempo até a finalização da fase de qualificação abaixo, acesso aos documentos e às informações disponibilizadas no *data room* organizado previamente pela Recuperanda, com a finalidade de permitir, dentre outros aspectos, a precificação das propostas fechadas, as quais deverão seguir as condições mínimas de aquisição da UPI – Enaval Logística, conforme aplicável, estabelecidas neste Plano de Recuperação Judicial e no Edital de Alienação. O *data room* será formado pela mesma documentação disponibilizada a todos os investidores interessados.

Participação no Procedimento Competitivo: No prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação do Edital de Alienação, eventuais interessados em apresentar proposta fechada para a compra da UPI – Enaval Logística deverão manifestar seu interesse por meio (a) do envio de notificação à Recuperanda, com cópia ao Administrador Judicial, conforme modelo a ser disponibilizado pela Recuperanda (“Notificação de Interesse”), e (b) da apresentação de manifestação nos autos da Recuperação Judicial, conforme modelo a ser disponibilizado pela Recuperanda, informando a sua intenção de apresentar uma proposta fechada para aquisição da UPI – Enaval Logística (“Petição de Interesse” e, em conjunto com a Notificação de Interesse os “Documentos de Interesse”).

Qualificação: O interessado na aquisição da UPI – Enaval Logística deverá apresentar, juntamente com a Notificação de Interesse, (a) demonstrações financeiras que evidenciem posição patrimonial condizente com a aquisição da UPI – Enaval Logística; e (b) uma carta fiança emitida por instituição financeira de primeira linha em valor equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor mínimo de aquisição da UPI – Enaval Logística (em conjunto, “Requisitos de Qualificação”), a qual será convertida em multa e

chamada a pagamento na hipótese de inadimplemento do preço de aquisição da UPI – Enaval Logística. O Administrador Judicial analisará se as Notificações de Interesse apresentadas pelos interessados estão em conformidade com os Requisitos de Qualificação, apresentando petição nos autos da Recuperação Judicial, em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo para qualificação, com a indicação dos nomes dos interessados que estarão habilitados a apresentar propostas fechadas para aquisição da UPI – Enaval Logística.

A ausência de envio de qualquer um dos Documentos de Interesse na forma e prazo previsto nesta cláusula ou o não atendimento ao Requisitos de Qualificação, com base na análise conduzida pelo Administrador Judicial, fará com que o respectivo interessado esteja automaticamente desqualificado para aquisição da UPI – Enaval Logística.

Apresentação das Propostas Fechadas: No Dia Útil imediatamente subsequente ao final do prazo acima, será iniciado o prazo de 5 (cinco) dias corridos para que os interessados apresentem, ao Administrador Judicial, propostas fechadas para aquisição da UPI – Enaval Logística, de acordo com as condições mínimas de aquisição previstas neste Plano de Recuperação Judicial e no correspondente Edital de Alienação, conforme aplicável. Em especial, as Propostas Fechadas deverão obrigatoriamente ser elaboradas e submetidas na forma do formulário a ser disponibilizado pela Recuperanda.

O proponente que apresentar propostas fechada de maneira distinta da prevista nesta Cláusula, seja por (a) não utilizar o formulário a ser disponibilizado pela Recuperanda ou alterar qualquer de seus termos; (b) desrespeitar o prazo previsto nesta cláusula, ou (c) descumprir qualquer das condições mínimas de aquisição da UPI – Enaval Logística, conforme aplicável, não será considerado para fins de alienação da UPI – Enaval Logística.

Mesmo que o proponente possua qualquer Crédito Concursal ou Extraconcursal contra a Recuperanda, não poderá utilizá-los para a composição total ou parcial do montante a ser indicado na respectiva proposta fechada e demais condições a serem previstas no respectivo Edital de Alienação.

Abertura das Propostas Fechadas: Recebidas as Propostas Fechadas, no dia, hora e local estabelecidos no Edital de Alienação, o Administrador Judicial, no âmbito da audiência a ser realizada, a qual deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados do término do prazo previsto acima, (a) promoverá a abertura das propostas fechadas apresentadas pelos proponentes habilitados; (b) verificará se todas as condições de mínimas de aquisição da UPI – Enaval Logística, foram cumpridas por tais propostas fechadas, e (c) anunciará a proposta fechada mais vantajosa, levando em consideração o atendimento das condições mínimas de aquisição da UPI – Enaval Logística.

Proposta Vencedora: A proposta fechada vencedora será aquela que, respeitados os termos deste Plano de Recuperação Judicial e do Edital de Alienação, for assim declarada pelo Administrador Judicial (“Proposta Vencedora”). Na hipótese de o proponente da respectiva Proposta Vencedora descumprir com a sua obrigação de celebrar os instrumentos definitivos no prazo previsto para aquisição da UPI – Enaval Logística, a proposta fechada mais vantajosa imediatamente seguinte, observados os requisitos de qualificação aplicáveis, será considerada a nova Proposta Vencedora e assim sucessivamente, desde que respeitadas, em todos os casos, as condições mínimas de aquisição da UPI – Enaval Logística.

Homologação da Proposta Vencedora: A proposta vencedora deverá ser homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, devendo o Proponente vencedor, mediante pagamento do preço oferecido, assumir a posse e a propriedade do correspondente Ativo Negociável.

Novo Procedimento Competitivo: Na hipótese de não serem exitosos os procedimentos de alienação da UPI – Enaval Logística por meio de proposta fechada, a Recuperanda poderá apresentar ao Juízo da Recuperação Judicial, para correspondente homologação, nova proposta de processo competitivo organizado promovido por agente especializado e de reputação ilibada, cujo procedimento deverá ser devidamente detalhado.

6.6 Alienação de ativos (LRF, art. 66)

Como forma de injetar capital no caixa da Recuperanda, esta poderá alienar, no curso normal de seus negócios quaisquer ativos livres e desembaraçados (ou mediante anuência do credor titular de eventual garantia que recair sobre o bem), integrantes ou não dos seus ativos permanentes, somente quando

houver **(i)** a aprovação dos Credores Concurais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LRF ou, alternativamente, **(ii)** autorização do Juízo da Recuperação Judicial.

Após o encerramento da Recuperação Judicial, fica dispensada a necessidade de **(i)** aprovação dos Credores Concurais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LRF e de **(ii)** autorização do Juízo da Recuperação Judicial; no que couber.

O bem objeto da alienação prevista nesta cláusula estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do adquirente nas obrigações da Recuperanda de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, observado o disposto no § 1º do art. 141 da LRF.

7. APRESENTAÇÃO DOS CREDITORES

A relação de credores, apresentada nos autos, está dividida em 4 (quatro) classes distintas, a saber:

- **Classe I** – Credores Trabalhistas;
- **Classe II** – Credores com garantia real
- **Classe III** – Credores Quirografários, e
- **Classe IV** – Credores Microempresa e EPP

Classe I - Credores Trabalhistas. Esta classe é composta por 78 (setenta e oito) credores, representando, em valores absolutos, R\$4.141.485,37 (quatro milhões, cento e quarenta), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor do Crédito	Nº de Credores
Credores Trabalhistas	R\$4.141.485,37	78
Total	R\$4.141.485,37	78

Outros possíveis credores, que estão com ações trabalhistas em fase de conhecimento (reclamações trabalhistas que não contém créditos líquidos e certos), poderão habilitar seus créditos na presente Recuperação Judicial

somente após o trânsito em julgado da sentença e, consequente, homologação dos cálculos pelo Juízo Trabalhista competente, oportunidade em que se sujeitarão, para fins de pagamento, aos critérios e prazos previstos neste Plano e já aplicados aos demais credores desta Classe.

Classe II - Credores com garantia real. Esta classe é composta por 2 (dois) credores, representando, em valores absolutos, R\$ 6.630.697,88 (seis milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor do Crédito	Nº de Credores
Credores Com Garantia	R\$ 6.630.697,88	2
Total	R\$ 6.630.697,88	2

Classe III - Credores Quirografários. Esta classe é composta por 40 (quarenta) credores, representando, em valores absolutos, R\$ 14.612.667,92 (quatorze milhões, seiscentos e doze mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor do Crédito	Nº de Credores
Credores Quirografários	R\$ 14.612.667,92	40
Total	R\$ 14.612.667,92	40

Classe IV - Credores Microempresa e EPP. Esta classe é composta por 28 (vinte e oito) credores, representando, em valores absolutos, R\$ 1.570.233,00 (um milhão, quinhentos e setenta mil, duzentos e trinta e três reais), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor do Crédito	Nº de Credores
Credores Microempresa	R\$ 1.570.233,00	28
Total	R\$ 1.570.233,00	28

8. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES

8.1 Classe I - Trabalhista

Aos credores dessa classe, originários da legislação do trabalho ou decorrente de acidente de trabalho, que serão pagos na forma disposta no art. 54 da LRF, conforme segue:

OPÇÃO 1

- **Deságio**: será aplicado o deságio de **45%** (quarenta e cinco por cento) sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;
- **Prazo**: o saldo remanescente será pago **até 12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação da decisão que homologar o Plano da Recuperação Judicial;
- **Correção monetária e Juros**: com atualização monetária de TR acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, com incidência a partir da data da publicação da decisão homologatória do Plano até o efetivo pagamento.

OPÇÃO 2

- **Deságio**: não será aplicado o deságio sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;
- **Prazo**: o saldo remanescente será pago até **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data da publicação da decisão que homologar o Plano da Recuperação Judicial.
- **Correção monetária e Juros**: com atualização monetária de TR acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, com incidência a partir da data da publicação da decisão homologatória do Plano até o efetivo pagamento.
- **Garantia**. Aos Credores que elegerem essa opção, será outorgado o penhor dos recebíveis da Recuperanda, decorrentes da alienação da UPI – Enaval Logística, devendo este penhor ser limitado, ao montante do

correspondente Crédito abrangido por essa opção de recebimento **ou** por percentual proporcional ao valor da alienação da UPI “Enaval Logística”, considerando por base de cálculo os valores totais dos credores que escolherem esta opção, o que for menor.

Este Plano de Recuperação Judicial deverá servir como documento hábil para a constituição da garantia, cabendo aos Credores realizarem às suas expensas, eventuais registros nos órgãos competentes, para que tal garantia produza efeitos perante terceiros.

8.1.1 Limite da proposta para os Credores da Classe Trabalhista

Os créditos trabalhistas na Classe I limitam-se ao pagamento de até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos nacional vigente na Data do Pedido, sem deságio, sendo o saldo remanescente pago na forma proposta da Classe III – Quirografária.

8.1.2 Credores trabalhistas com salários vencidos anteriores ao pedido

Em conformidade do §1º do art. 54, o plano prevê o pagamento aos credores com salários vencidos no prazo de até 30 (trinta) dias até limite de 5 (cinco) salários mínimos nacional vigente na Data do Pedido, sendo a saldo remanescente submetidos às opções de pagamento acima citadas.

8.1.3 Do envio da opção de pagamento

Os credores da Classe I – trabalhista terão prazo de **60 (sessenta) dias**, contados da Assembleia que deliberar e aprovar o Plano, para informar a opção a qual pretendem receber seu crédito.

O envio da opção de pagamento deve ser realizado pelo credor ou procurador com poderes específicos, a ser encaminhada para a Recuperanda por escrito ao endereço físico ou eletrônico através do e-mail rj@enaval.com.br.

Caso os credores não informem à Recuperanda sua opção de pagamento dentro do prazo, serão automaticamente pagos pela **OPÇÃO 1**, isto é, com deságio de 45% (quarenta e cinco por cento) e até 12 (doze) meses.

8.1.4 Credores trabalhistas ilíquidos

Os credores trabalhistas ainda não relacionados no QGC, serão pagos na medida em que forem incluídos pelo i. Administrador Judicial, após o trânsito em julgado da sentença de habilitação e impugnação de crédito, aplicando-se a forma de pagamento prevista na **OPÇÃO 1**, isto é, com deságio de 45% (quarenta e cinco por cento) e até 12 (doze) meses.

8.2 Classe II – (Credores com garantias reais)

Aos credores dessa classe pago da seguinte forma:

- **Deságio**: será aplicado o deságio de **50% (cinquenta por cento)** sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;
- **Prazo**: o saldo remanescente será pago em **até 144 (cento e quarenta e quatro) meses**, com carência de 18 (dezoito) meses e amortização em 126 (cento e vinte e seis) meses.
- **Correção monetária e Juros**: com atualização monetária de TR acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, com incidência a partir da data da publicação da decisão homologatória do Plano até o efetivo pagamento.

8.3 Classe III – (Credores quirografários)

Aos credores dessa classe pago da seguinte forma:

- **Deságio**: será aplicado o deságio de **65% (sessenta e cinco por cento)** sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;
- **Prazo**: o saldo remanescente será pago em **até 144 (cento e quarenta e quatro) meses**, com carência de 18 (dezoito) meses e amortização em 126 (cento e vinte e seis) meses.

➤ **Correção monetária e Juros**: com atualização monetária de TR acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, com incidência a partir da data da publicação da decisão homologatória do Plano até o efetivo pagamento.

8.4 Classe IV – (Credores Microempresa e EPP)

Aos credores dessa classe pago da seguinte forma:

➤ **Deságio**: será aplicado o deságio de **50% (cinquenta por cento)** sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;

➤ **Prazo**: o saldo remanescente será pago em **até 144 (cento e quarenta e quatro) meses**, com carência de 18 (dezoito) meses e amortização em 126 (cento e vinte e seis) meses.

➤ **Correção monetária e Juros**: com atualização monetária de TR acrescido de juros de 1% (um por cento) ao ano, com incidência a partir da data da publicação da decisão homologatória do Plano até o efetivo pagamento.

Os dados bancários serão fornecidos pelos credores por meio eletrônico, no endereço rj@enaval.com.br contendo: (i) o nome completo; (ii) agência e o número da conta; (iii) o banco; e (iv) o CPF/CNPJ do credor.

As parcelas mensais devidas a cada credor serão definidas de acordo com a porcentagem que seus créditos representam no total de créditos submetidos à Recuperação Judicial sobre a Geração Líquida de Caixa do mês de pagamento.

Conforme prevê o art. 50, inciso I, da Lei 11.101/2005, este Plano de Recuperação propõe a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas até a data do pedido de Recuperação, com projeção dos pagamentos e valores atualizados ao longo dos 12 (doze) anos previstos, conforme demonstrado abaixo:

Período	Composição de Dívida Atualizada por Período	Credores Trabalhista (Classe I)	Credores Garantia real (Classe II)	Credores Quirografário (Classe III)	Credores Micro e EPP (Classe IV)	% do Saldo Pago no Período	Saldo Final Período
1º	2.560.376	2.560.376		-	-	18,71%	11.124.643
2º	484.697	-	174.385	269.016	41.297	3,54%	10.639.945
3º	990.201	-	356.256	549.579	84.366	7,24%	9.649.744
4º	1.018.606	-	366.475	565.344	86.786	7,44%	8.631.139
5º	1.047.825	-	376.988	581.562	89.275	7,66%	7.583.314
6º	1.077.883	-	387.802	598.244	91.836	7,88%	6.505.431
7º	1.108.802	-	398.926	615.405	94.471	8,10%	5.396.629
8º	1.140.609	-	410.370	633.058	97.181	8,33%	4.256.020
9º	1.173.328	-	422.142	651.218	99.968	8,57%	3.082.692
10º	1.206.986	-	434.251	669.899	102.836	8,82%	1.875.706
11º	1.241.609	-	446.708	689.115	105.786	9,07%	634.097
12º	634.097	-	228.136	351.935	54.026	4,63%	0
Totais	13.685.019	2.560.376	4.002.439	6.174.376	947.828	100,00%	-

9. EFEITOS DO PLANO

9.1 Vinculação do Plano

As disposições deste Plano vinculam a Recuperanda e os credores, como também os respectivos cessionários e sucessores, a partir da publicação de sua decisão homologatória.

9.2 Novação

A inexistência de recurso, com efeito suspensivo (ou ação judicial com mesmo efeito), eventualmente, interposto contra a homologação do Plano, acarretará a **novação** dos créditos concursais anteriores ao pedido (LRF, art. 59), obrigando a Recuperanda e todos os credores sujeitos ao Plano. A novação implicará, ainda, na liberação das garantias e exoneração dos garantidores dos créditos concursais e dos créditos extraconcursais aderentes ao Plano.

Por força da referida novação, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias, ainda que sejam incompatíveis com as condições deste Plano deixarão de ser aplicáveis, sendo substituídas pelas previsões contidas neste Plano.

a. Suspensão da Publicidade dos Protestos

Uma vez o Plano de Recuperação Judicial aprovado, consolidada a novação de todos os créditos sujeitos à Recuperação Judicial, todos os credores concordarão com suspensão da publicidade dos protestos efetuados, desde que o Plano de Recuperação Judicial esteja sendo cumprido tal como aprovado, ordem esta que poderá ser tomada pelo Juiz da Recuperação Judicial, desde a data da concessão da Recuperação.

Após a quitação dos créditos nos termos do Plano de Recuperação, os valores serão considerados quitados integralmente e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

b. Modificação do Plano

Modificação do Plano, aditamentos e alterações poderão ser propostas pela Recuperanda com a evolução do seu desempenho consoante previsões expressas no Plano, o que poderão ocorrer a qualquer momento, ainda que após homologação judicial do Plano, desde que:

- i) Tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidos ao juízo recuperacional e, se for o caso, à Assembleia de Credores.
- ii) Seja atingido o quórum de aprovação exigido pelos artigos 45 e 58, *caput* e parágrafo primeiro, da Lei 11.101/05.

Até o momento de conclusão deste Plano, o valor total de créditos sujeitos à Recuperação Judicial era de R\$ 26.955.084,17 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e dezessete centavos), conforme apurado pela relação entregue em juízo.

Este valor deverá ser validado ou modificado pelo Ilmo. Administrador Judicial quando da publicação da Relação de Credores, na forma do art. 7º, parágrafo 2º, da LRF.

9.3 Créditos Ilíquidos

Os créditos ilíquidos, uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial ou arbitral que os tornem líquidos, transitada em julgado, ou por acordo entre as partes, inclusive fruto de Mediação, desde que sejam reconhecidos pelo D. Juízo da Recuperação Judicial, deverão ser pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste Plano para a classe na qual devam ser habilitados e incluídos, considerando a remissão pactuada e a quantidade de parcelas restantes para pagamento, sendo certo que o prazo para a Recuperanda efetuar seu pagamento será contado do trânsito em julgado da decisão judicial, proferida em sede de incidente de Habilitação ou Impugnação de Crédito, que determinar a inclusão ou retificação do crédito de sua titularidade na respectiva Classe.

9.4 Créditos Retardatários

Na hipótese de reconhecimento de Créditos por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, posteriormente à data de apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, serão eles considerados Créditos Retardatários e deverão ser pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste Plano para a classe na qual os Créditos Retardatários em questão devam ser habilitados e incluídos, considerando a remissão pactuada e a quantidade de parcelas restantes para pagamento, sendo certo que o prazo para a Recuperanda efetuar seu pagamento será contado do trânsito em julgado da decisão judicial, proferida em sede de incidente de Habilitação ou Impugnação de Crédito, que determinar a inclusão ou retificação do crédito de sua titularidade na respectiva Classe.

a. Modificação no Valor dos Créditos

Na hipótese de modificação do valor de qualquer dos Créditos já reconhecidos e inseridos na Lista de Credores do Ilmo. Administrador

Judicial por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, o valor alterado do respectivo Crédito deverá ser pago nos termos previstos neste Plano, considerando a remissão pactuada e a quantidade de parcelas restantes para pagamento da classe na qual o crédito esteja enquadrado.

b. Reclassificação dos Créditos

Caso, por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, seja determinada a reclassificação de qualquer dos créditos, com a sua inclusão em classe distinta da indicada na Lista de Credores do Administrador Judicial, o Crédito reclassificado deverá ser pago nos termos e condições previstos neste Plano para a classe aplicável.

9.5 Passivo tributário

Foi prevista a destinação de parte do fluxo de caixa para o pagamento do atual passivo tributário que a Recuperanda possui.

Ressalta-se que os pagamentos anuais dos parcelamentos mencionados estão previstos no laudo econômico-financeiro, apresentado em conjunto com este Plano.

Por se tratar de credor não sujeito aos procedimentos da Recuperação Judicial e não ser uma proposta vinculante, caso por qualquer motivo não sejam realizados os pagamentos ao Fisco previstos neste Plano, não será caracterizado descumprimento de obrigação assumida no Plano, nos termos §1º, do art. 61, da LRF.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

10.1 Meios de Pagamento

Os valores devidos aos credores nos termos deste Plano serão pagos diretamente nas contas bancárias dos credores por meio da transferência direta de recursos à conta bancária, por meio de Documento de Ordem de

Crédito (DOC) ou de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Depósito Bancário. O comprovante do valor creditado a cada credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

10.2 Informação das Contas Bancárias [Adesão do Credor]

Para a realização dos pagamentos, os credores devem informar seus dados cadastrais atualizados e informações de conta bancária para esse fim, mediante comunicação por escrito e com aviso de recebimento (AR) endereçada à Recuperanda, com os dados completos para pagamento:

- (i) Cópia do contrato social;
- (ii) Procuração do representante do crédito;
- (iii) Nome e número do banco;
- (iv) Número da agência e conta corrente;
- (v) Nome completo ou nome empresarial; e
- (vi) C.P.F. ou C.N.P.J., a partir da data da publicação da decisão homologatória do presente Plano.

A conta bancária para o pagamento deverá obrigatoriamente ser de titularidade do Credor, caso contrário, deverá apresentar procuração com poderes específicos para receber parcelas deste Plano de Recuperação Judicial, devidamente assinada e com firma reconhecida.

Da mesma forma, caso o Credor altere sua conta durante o prazo de cumprimento do Plano, deverá enviar nova carta com aviso de recebimento (AR) a sede da Recuperanda, indicando os novos dados.

Caso o credor não envie a carta com os dados para a transferência, os valores devidos a este determinado credor permanecerão no caixa da Recuperanda, até que este cumpra com tal procedimento, sendo que o pagamento ocorrerá na data de pagamento da parcela seguinte ao envio das informações, sem ônus adicionais, como multa, correção monetária e juros, em razão de os credores não terem informado tempestivamente suas contas bancárias.

Os pagamentos não realizados em razão dos credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como um evento de descumprimento do Plano.

10.3 Data do Pagamento

Será considerada como dívida sujeita à presente proposta de pagamento do Plano, aquela que compõe a relação de credores divulgada pelo Ilmo. Administrador Judicial.

Os créditos de qualquer natureza que estejam sub-judice serão pagos após a liquidação das sentenças transitadas em julgado, na forma deste Plano.

Os valores devidos aos credores poderão ser pagos por meio de transferência direta de recursos à conta bancária de sua titularidade efetuado no último Dia Útil de cada mês.

Na hipótese de qualquer pagamento deste Plano estar previsto para ser realizado em um dia que não seja considerado dia útil, o referido pagamento deverá ser realizado no próximo dia útil subsequente.

10.4 Comunicações

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações à Recuperanda, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por courier, e efetivamente entregues; ou (ii) enviadas por e-mail com comprovante de entrega, observando-se os dados de contato a seguir:

Enaval – Engenharia Naval e Offshore Ltda.

Rua Miguel Lemos, nº 87, Ponta da D'Areia, Niterói – Rio de Janeiro – RJ
CEP 24020-260, e-mail: rj@enaval.com.br

10.5 Divisibilidade das Previsões do Plano

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação Judicial, a validade e eficácia das demais disposições não serão afetadas, devendo a Recuperanda propor novas disposições para substituírem aquelas declaradas inválidas, nulas ou ineficazes, de forma a manter o propósito do estabelecido neste Plano.

10.6 Cessão de Créditos

Os credores concursais poderão ceder ou transferir livremente os seus créditos contra a Recuperanda, desde que observadas as seguintes condições: **(i)** que o crédito cedido, independentemente da cessão ocorrer por lei ou por contrato, estará sempre sujeito aos efeitos do Plano, especialmente em relação às condições de pagamento, comprometendo-se o credor cedente a informar ao cessionário a condição do crédito, sob pena de ineficácia em relação à Recuperanda e **(ii)** a cessão somente terá eficácia, uma vez notificada à Recuperanda, nos termos do art. 290 do Código Civil, a fim de direcionar os pagamentos previstos neste Plano ao devido detentor do crédito.

10.7 Credores Extraconcursais Aderentes

Os credores Extraconcursais devem comunicar à Recuperanda a respeito de seus créditos para receberem na forma deste Plano, cabendo à Recuperanda aceitar ou não.

10.8 Lei Aplicável

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, tendo como base sempre a Lei 11.101/2005.

10.9 Eleição de Foro

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas: **(i)** pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial; e **(ii)** pelos juízos competentes no Brasil ou no exterior, conforme estabelecido nos contratos originais firmados entre a Recuperanda e os respectivos credores, após o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Este Plano é firmado pelos representantes legais da Recuperanda, assim constituídos na forma de seus respectivos atos constitutivos e é acompanhado da página de assinaturas, do laudo econômico-financeiro e do laudo de avaliação patrimonial, subscritos por profissional habilitado, na forma da LRF.

10.10 Encerramento da Recuperação Judicial

Nos termos do artigo 63 da LRJ, o processo de Recuperação Judicial poderá ser encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento da Recuperanda.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações constantes neste Plano de Recuperação evidenciam que a Recuperanda possui condições de reverter esse quadro de momentânea crise e trabalhar a partir desse Plano, como uma empresa viável.

Analizando o histórico da empresa e as causas que levaram à crise, chega-se à conclusão que este Plano será inócuo sem a aplicação das medidas sugeridas para sua recuperação, ressaltando estar o Plano embasado em projeções futuras para 10 (dez) anos, portanto, embora parta de bases realistas, não é possível garantir que ocorrerão. Assim, se porventura as projeções efetuadas se mostrarem superestimadas ou subestimadas, ensejarão revisões, para sua adequação à realidade econômica do país, adequando os respectivos pagamentos propostos mediante os recursos gerados na demonstração de resultados, conforme apresentado no item 5.4.

Todas as medidas e soluções apresentadas nesse Plano consolidam a continuidade das atividades normais da empresa, assim como aberturas de novas linhas de crédito, caso seja necessário, de fornecedores e instituições financeiras.

Com a homologação desse Plano, haverá a suspensão de todas as ações e execuções, movidas contra a Recuperanda que tenham por objetivo créditos sujeitos à Recuperação Judicial, incluindo ações de cobrança de honorários e sucumbência. E, cumpridas as propostas de pagamentos deste Plano, liquidando-se as obrigações, as mesmas serão extintas.

Baseada nas ações sugeridas para a reestruturação apontadas no item 5.3, possibilitará a Recuperada o tempo necessário para sua recuperação, preservando dezenas de empregos diretos e indiretos conforme artigo 47, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, e tem o duplo objetivo de viabilizar

economicamente a empresa e permitir o pagamento dos credores nas condições mencionadas.

O objetivo é que todos os credores tenham maiores benefícios com aprovação deste Plano de Recuperação, uma vez que a proposta aqui analisada não agrega nenhum risco adicional aos credores, e beneficia a todos igualmente.

Após o cumprimento dos art. 61 em seu caput e art. 63 em seu *caput* da Lei 11.101/2005, a Recuperanda compromete-se a honrar com os demais pagamentos no prazo e na forma de seu Plano devidamente homologado.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2023.

AMAURI	Digitally signed by	SERGIO JORGE	Digitally signed by
FIGUEIRA	AMAURI FIGUEIRA	FURLEY DOS	SERGIO JORGE FURLEY
RODRIGUES	RODRIGUES	DOS	DOS
	Date: 2023.01.19	SANTOS:092571	SANTOS:09257160734
RODRIGUES	17:30:13 -03'00'	60734	Date: 2023.01.19
			17:32:13 -03'00'

ENAVAL - ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA.

ANEXO 01

LAUDO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRO E PARECER TÉCNICO

LAUDO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA E PARECER TÉCNICO

AVALIADOR ECONÔMICO-FINANCEIRO RESPONSÁVEL

CARLOS ALBERTO RANGEL SERRA

Economista / Contador

CORECON nº 19.144 – 1ª Região – Rio de Janeiro

CRC Nº 49.609-8 – Rio de Janeiro

1. Sumário Executivo

1.1. Notas explicativas

O presente laudo de avaliação econômico-financeira (“Laudo de Avaliação” ou “Laudo”) foi preparado para fins de emissão de um laudo técnico sobre a capacidade financeira e sobre o Plano de Recuperação Judicial (“Plano de Recuperação Judicial” ou “Plano”) de **ENAVAL – ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA. – Em Recuperação Judicial**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº. 02.445.332/0001-05, com sede na Miguel Lemos, nº. 87, Ponta D’Areia, Niterói - Rio de Janeiro – RJ, CEP 24.020-260, adiante referida como “Recuperanda” ou “ENAVAL”. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 7 de outubro de 2022 por decisão d.Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei nº 11.101/2005 (“LRJ”), Processo nº 00390170-02.2022.8.19.0002 o qual nomeou como Administrador Judicial o Dr. Júlio Matuch de Carvalho – OAB/RJ nº 98.885.

O Avaliador Técnico ressalta que seus serviços não incluem a prestação de serviços de auditoria, legais, regulatórios, tributários ou fiscais em relação a este Laudo de Avaliação.

O Laudo de Avaliação foi elaborado tomando como base informações públicas e informações fornecidas pela Recuperanda, com o objetivo de proporcionar o conhecimento necessário a respeito de seu modelo de negócios e dar suporte na emissão de um parecer sobre sua viabilidade econômico-financeira no contexto do Plano de Recuperação Judicial, no âmbito da Lei nº 11 101 05 art. 53 (“Lei de Falência e Recuperação de Empresas”).

1.2. Objetivos do Laudo de Avaliação

O Laudo de Avaliação tem por objetivos:

- a) analisar o Plano de Recuperação Judicial, as suas premissas e o conjunto de medidas a serem adotadas para a recuperação econômica e financeira e a adequação dos demonstrativos financeiros projetados que refletem a situação recuperada
- b) emitir um parecer técnico sobre a viabilidade econômico-financeira que deverá acompanhar o Plano de Recuperação Judicial, tudo de acordo com que estabelece o artigo 53 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005

1.3. Fontes de Informação

Para fins de elaboração deste Laudo e emissão de parecer, foram utilizadas as seguintes fontes de informações:

- a) Petição Inicial contendo o pedido da aprovação do processamento da Recuperação Judicial e suas relativas justificativas

- b) Plano de Recuperação Judicial elaborado pela Recuperanda e seus assessores
- c) Planilhas e demonstrativos financeiros projetados e detalhados preparados pela empresa e seus assessores.

2. Avaliação dos números da Recuperanda

2.1. DRE

	R\$ mil							
	201912	%	202012	%	202112	%	202206	%
Receita produtos/serviços	33.662		26.361		23.653		6.475	
Impostos incidentes	3.930	12%	3.819	14%	3.912	17%	857	13%
Receita operacional líquida	29.732	88%	22.542	86%	19.741	83%	5.618	87%
(-) Custos produtos/serviços	32.476	96%	23.910	91%	14.588	62%	5.088	79%
Margem de Contribuição	- 2.744	- 8 %	- 1.368	- 5 %	5.153	22 %	530	8 %
Despesas operacionais	10.114	30%	7.497	28%	6.533	28%	2.302	36%
Despesas gerais e administrativas	9.395	28%	6.935	26%	6.106	26%	2.128	33%
Despesas depreciação e amortiz	719	2%	562	2%	427	2%	174	3%
Resultado Financeiro	4.373	13 %	4.966	19 %	3.100	13 %	328	5 %
Receitas (despesas) n/operacionais	8.158	24%	7.470	28%	1.994	8%	1.135	18%
Resultado antes da tributação	- 9.073	- 27 %	- 6.361	- 24 %	- 2.486	- 11 %	- 965	- 15 %
Imposto de renda e contrib. Social	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Resultado período/exercício	- 9.073	- 27 %	- 6.361	- 24 %	- 2.486	- 11 %	- 965	- 15 %

2.2. Balanço Patrimonial

	R\$ mil			
	201912	202012	202112	202206
Ativo	65.678	63.267	64.415	63.328
Circulante	50.747	40.884	38.127	36.425
Caixa e disponibilidades	3.579	3.636	1.396	1.592
Contas a receber	24.543	12.414	12.656	12.496
Estoque	4.777	-	-	-
Impostos a recuperar	5.309	6.929	4.704	4.580
Impostos a compensar	5.485	3.906	2.811	-
Adiantamentos a terceiros	3.914	6.574	9.159	10.324
Depósitos Judiciais	3.140	7.402	7.401	7.433
Outros créditos	-	23	-	-
Não circulante	14.931	22.383	26.288	26.903
Contas a receber	4.886	4.885	4.884	5.485
Impostos a recuperar	4.645	7.921	9.205	9.702
Despesas antecipadas	126	34	27	12
Imobilizado	5.214	9.483	12.112	11.645
Intagível	60	60	60	59
Passivo	65.678	63.267	64.415	63.328
Circulante	38.859	38.762	35.633	35.288
Fornecedores	5.284	5.903	7.932	8.652
Salários e encargos sociais	2.514	1.791	3.156	2.308
Impostos e contribuições	1.301	798	1.175	1.870
Impostos parcelados	1.462	1.219	1.307	1.438
Empréstimos e Financiamentos	14.828	15.980	9.864	9.274
Provisão Férias e encargos	1.884	1.768	2.072	1.946
Contas a pagar	10.164	11.264	9.720	9.760
Adiantamentos a clientes	1.422	39	407	40
Não circulante	14.833	13.732	16.610	16.834
Impostos parcelados	4.029	3.687	3.239	3.594
Empréstimos e Financiamentos	10.804	10.045	13.371	13.240
Patrimônio líquido	11.986	10.773	12.172	11.206
Capital Social	300	300	300	300
Reserva de capital	12.869	18.017	21.903	21.903
Lucros (-) Prejuízos acumulados	- 1.183	- 7.544	- 10.031	- 10.997

2.3. Análise dos demonstrativos financeiros

A análise dos DREs dos últimos exercícios indica que em 2019 a ENAVAL estava operando em relativo equilíbrio, entretanto, a partir do ano de 2020 a situação econômica e financeira da sociedade ficou prejudicada de forma muito grave.

As causas indicadas pela Recuperanda no Plano aparentam ser coerentes com o cenário interno e externo das sociedades.

- 2.4. A queda que afetou as demandas do setor de construção de plataformas e seus componentes repercutiu na tomada de decisão da ENAVAL de investir no seguimento offshore e de obras de modificações e ampliação de plataformas de petróleo existentes em operação na tentativa de recuperação econômica e financeira para a empresa;
- 2.5. Vislumbrava-se que em 2019 a construção naval poderia se reerguer, especialmente com a retomada do nicho de mercado de rebocadores e embarcações rápidas para apoio offshore;
- 2.6. A crise financeira e social que amargava o Rio de Janeiro nos últimos evidenciou um rombo fiscal que o estado agravou o setor de óleo e gás – como efeito gerou uma estagnação numa série de empresas da cadeia produtiva do setor naval.
- 2.7. Em 2020, havia ainda uma expectativa de melhora no cenário econômico para o setor da construção naval, mas a pandemia teve um impacto grave na economia, isso afetou o fluxo de caixa da empresa, como demonstra a queda drástica do faturamento entre 2019 e 2020;
- 2.8. Esses efeitos acima prejudicaram ulteriormente o patrimônio líquido da sociedade no final de 2020 e continuou piorando nos primeiros meses de 2021 – em plena pandemia – em decorrência dos prejuízos mensais acumulados.

3. O Plano de Recuperação Judicial

Pela análise do Plano de Recuperação Judicial verificamos que a medida proposta pela empresa tem por objetivo fazer mudanças estruturais em seu negócio para buscar viabilidade em suas operações, como também prever a forma de pagamento para cada classe de credores.

3.1. Readequação da Estratégia de negócios

A ENAVAL pretende implementar as seguintes medidas:

- i. Adequar do seu plano de negócios, com ênfase nos setores fiscal, tecnologia da informação, logística, contábil e custos;
- ii. Readequar dos custos fixos e variáveis, com a renegociação de todos os contratos com terceiros;
- iii. Estudar de novos produtos e serviços ofertados, visando priorizar maior lucratividade;

- iv. Desenvolver e implantar controles de custos que sejam mais precisos, identificando os gastos existentes;
- v. Melhorar a integração dos processos de vendas, *marketing* e compras, visando a redução do ciclo econômico e comercial;
- vi. Priorizar a gestão da política financeira de curto para longo prazo;
- vii. Desenvolver e melhorar os controles financeiros já existentes.

3.2. Reestruturação de dívidas

A ENAVAL para conseguir alcançar o pretendido equilíbrio econômico-financeiro e honrar com as medidas propostas no Plano, pretende que o passivo financeiro junto aos Credores Concursais seja reestruturado conforme mais bem detalhado no item 4.

3.3. Venda de ativos não estratégicos

A ENAVAL avalia a possibilidade de futuramente, sujeito à aprovação judicial ou autorização do Comitê de Credores, nos estritos limites estabelecidos no art. 66 da Lei 11.101/2005, alienar parte de seus equipamentos eventualmente não considerados estratégicos para permitir melhor amortização do passivo como os credores da recuperação judicial.

4. Proposta de Pagamento a Credores

Resumidamente o Plano prevê o Pagamento a Credores nas formas indicadas a seguir.

4.1. Pagamento aos Credores Trabalhistas – Classe I

Forma de pagamento: conforme opções abaixo:

Opção 1

<u>Deságio sobre o valor total do crédito:</u>	45% (quarenta e cinco por cento) sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;
<u>Regime e Prazo:</u>	Saldo remanescente em até 12 (doze) meses sob o regime de amortização progressiva contado da data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação, sem prazo de carência;
<u>Taxa de Juros e Correção monetária:</u>	TR e juros de 1% (um por cento) ao ano, contados a partir da Data da Publicação da Decisão de Homologação do Plano.

Opção 2

Deságio sobre o valor total do crédito:

Não aplicado;

Regime e Prazo:

Saldo remanescente em até 36 (trinta e seis) meses sob o regime de amortização progressiva contado da data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação, sem prazo de carência;

Taxa de Juros e Correção monetária:

TR e juros de 1% (um por cento) ao ano, contados a partir da Data da Publicação da Decisão de Homologação do Plano.

Os créditos trabalhistas – Classe I limitam-se ao pagamento de até 150 salários-mínimos de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), sem deságio, sendo o saldo remanescente pago na forma proposta para os credores da Classe III.

Os credores trabalhistas com salários vencidos anteriores ao pedido da recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, sendo o saldo remanescente submetidos às opções de pagamento acima citadas.

4.2. Pagamento aos Credores com garantia real – Classe II

O Plano prevê pagamento aos Credores Quirografários na seguinte forma:

Deságio sobre o valor total do crédito:

50% (cinquenta por cento) sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;

Prazo e regime:

Saldo em até 144 (cento e quarenta e quatro) meses sob o regime de amortização progressiva, com carência de 18 (dezoito) meses e amortização em 126 (cento e vinte e seis) meses;

Taxa de Juros e Correção monetária:

TR e juros de 1% (um por cento) ao ano, contados a partir da Data da Publicação da Decisão de Homologação do Plano;

4.3. Pagamento dos Credores Quirografários – Classe III

O Plano prevê pagamento aos Credores Quirografários na seguinte forma:

Deságio sobre o valor total do crédito:

65% (sessenta e cinco por cento) sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;

Prazo e regime:

Saldo em até 144 (cento e quarenta e quatro) meses sob o regime de amortização progressiva, com

Taxa de Juros e Correção monetária: carência de 18 (dezoito) meses e amortização em 126 (cento e vinte e seis) meses;
TR e juros de 1% (um por cento) ao ano, contados a partir da Data da Publicação da Decisão de Homologação do Plano;

4.4. Pagamento dos Credores Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte = Classe IV

O Plano prevê pagamento aos Credores Microempresas e EPP, na seguinte forma:

Deságio sobre o valor total do crédito: 50% (cinquenta por cento) sobre os valores constantes da Relação de Credores elaborada pelo Ilmo. Administrador Judicial e futuras modificações do Quadro Geral de Credores;

Prazo e regime: Saldo em até 144 (cento e quarenta e quatro) meses sob o regime de amortização progressiva, com carência de 18 (dezoito) meses e amortização em 126 (cento e vinte e seis) meses;

Taxa de Juros e Correção monetária: TR e juros de 1% (um por cento) ao ano, contados a partir da Data da Publicação da Decisão de Homologação do Plano;

Planilha de resumo

Período	Composição de Dívida Atualizada por Período	Credores Trabalhista (Classe I)	Credores Garantia real (Classe II)	Credores Quirografário (Classe III)	Credores Micro e EPP (Classe IV)	% do Saldo Pago no Período	Saldo Final Período
1º	2.560.376	2.560.376		-	-	18,60%	11.207.401
2º	461.616	-	166.081	256.205	39.330	3,35%	10.745.784
3º	943.049	-	339.291	523.409	80.348	6,85%	9.802.735
4º	970.101	-	349.024	538.423	82.653	7,05%	8.832.635
5º	997.929	-	359.036	553.868	85.024	7,25%	7.834.706
6º	1.026.555	-	369.335	569.756	87.463	7,46%	6.808.151
7º	1.056.002	-	379.930	586.100	89.972	7,67%	5.752.149
8º	1.086.294	-	390.828	602.913	92.553	7,89%	4.665.855
9º	1.117.455	-	402.040	620.208	95.208	8,12%	3.548.400
10º	1.149.510	-	413.572	637.999	97.939	8,35%	2.398.890
11º	1.182.485	-	425.436	656.300	100.749	8,59%	1.216.405
12º	1.216.405	-	437.640	675.126	103.639	8,84%	0
Totais	13.767.777	2.560.376	4.032.214	6.220.308	954.879	100,00%	-

5. Análise da Viabilidade do Plano

5.1 Demonstrativos Financeiros Projetados

A administração da empresa e seus assessores projetaram os números do seu resultado econômico e financeiro esperado de acordo com as premissas do Plano, constando o fluxo de caixa e geração de caixa para pagamento dos credores do plano e do passivo tributário.

DRE - FLUXO DE CAIXA												Em R\$ mil
Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mês	12	24	36	48	60	72	84	96	108	120	132	144
Receita produtos/serviços	19.361	21.950	25.104	26.452	27.872	29.369	30.946	32.608	34.359	36.204	38.148	40.197
(-) Deduções/Impostos	2.962	3.584	4.099	4.320	4.552	4.796	5.053	5.325	5.611	5.912	6.230	6.564
Receita Líquida	16.399	18.365	21.004	22.132	23.321	24.573	25.893	27.283	28.748	30.292	31.919	33.633
(-) Custos produtos/serviços	12.585	15.267	17.317	17.194	18.117	19.090	20.615	22.195	23.833	25.033	26.296	27.628
Lucro Bruto	3.815	3.098	3.687	4.939	5.204	5.483	5.278	5.088	4.915	5.259	5.622	6.005
Despesas Gerais e Administrativas	484	549	628	661	697	734	774	815	859	905	954	1.005
EBITDA	3.331	2.549	3.059	4.277	4.507	4.749	4.504	4.273	4.056	4.354	4.669	5.000
(-) Depreciação	97	110	126	132	139	147	155	163	172	181	191	201
EBIT	3.234	2.439	2.934	4.145	4.368	4.602	4.349	4.110	3.884	4.173	4.478	4.799
(+/-) Resultado Financeiro	39	1	22	49	76	105	135	165	196	228	261	295
LAIR	3.195	2.439	2.912	4.096	4.291	4.497	4.215	3.945	3.688	3.945	4.217	4.504
(-) IRPJ/CSLL	799	610	728	1.024	1.073	1.124	1.054	986	922	986	1.054	1.126
Lucro Líquido	2.396	1.829	2.184	3.072	3.218	3.373	3.161	2.959	2.766	2.959	3.163	3.378

O Plano considera a projeção de receitas e custos na hipótese de substancial estabilidade econômica.

A tendência do crescimento das receitas operacionais da empresa se apresenta compatível com a sua capacidade operacional e seu potencial de mercado.

Analisando-se as medidas contidas no Plano, a direção considera uma reestruturação nas áreas operacionais e administrativa agregando objetivos para mudar o quadro atual em que se encontra, tendo por isso projetados os números como adiante se traduz.

Quando da realização das projeções das receitas operacionais foi estimado um crescimento médio no volume e preço das vendas de produtos/serviços prudencialmente muito contido, as luzes da esperada normalização da economia.

As projeções identificam a continuidade das operações em níveis viáveis na medida em que foram realizadas com base nas atividades operacionais anteriores, adotando-se para essas projeções um critério conservador.

Analisando-se todas as planilhas e demonstrativos financeiros apresentados pela Recuperanda foram realizados testes nas relações entre todos os números os quais demonstram uma coerência numérica e econômico-financeira, identificando uma consistência técnica.

Os demonstrativos financeiros que caracterizam e identificam o Plano apresentado indicam que as variáveis endógenas e exógenas estão integradas com premissas adotadas que tecnicamente são razoáveis e consistentes.

FLUXO DE CAIXA - PLANO RECUPERAÇÃO Em R\$ mil

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mês	12	24	36	48	60	72	84	96	108	120	132	144
Geração de Caixa EBITDA	3.331	2.549	3.059	4.277	4.507	4.749	4.504	4.273	4.056	4.354	4.669	5.000
(-) IRPJ/CSLL	799	610	728	1.024	1.073	1.124	1.054	986	922	986	1.054	1.126
(-) Pagamentos a Credores	2.560	462	943	970	998	1.027	1.056	1.086	1.117	1.150	1.182	1.216
(-) Parcelamento Tributário	804	804	804	804	804	804	804	804	804	804	804	402
(+) Realização de Ativos Operacionais	840											
Geração de Caixa	8	674	584	1.479	1.632	1.794	1.590	1.396	1.212	1.414	1.628	2.255
Caixa Acumulado	8	682	1.266	2.745	4.377	6.171	7.761	9.158	10.370	11.784	13.412	15.668

5.2 Viabilidade Econômico-Financeira

O valor gerado dos fluxos de caixa projetados e do valor residual de desconto a uma taxa mínima de aplicação financeira conduzirá a um montante de ativos líquidos e positivos.

A taxa dos indicadores financeiros aproxima um endividamento decrescente ao longo dos períodos projetados.

Ao final do cumprimento do plano com os resultados alcançados, constata-se um fortalecimento da posição patrimonial.

A viabilização do Plano demonstra:

- A preservação da função social empreendida por sua atividade, mantendo a sua condição de entidade geradora de serviços, recursos, empregos (diretos e indiretos), tributos e provedora de serviços básicos aos cidadãos. Através de um conjunto de demonstrativos financeiros fica identifica a geração de caixa suficiente para fazer frente aos seus compromissos correntes, assim como para liquidar a dívida passada;
- Atendimento aos interesses de seus credores, na medida em que fixa as diretrizes necessárias para maximizar a fonte de recursos e o cronograma dos pagamentos que lhes são oferecidos;
- Identificação das fontes de recursos das receitas necessárias para quitar o passivo da Recuperanda, demonstrando o cronograma de pagamento de seus credores, habilitados no processo de recuperação judicial

5.3 Avaliação dos Bens do Ativo

Os bens ativos da empresa foram avaliados da seguinte forma:

- a) O preço do terreno foi avaliado através de uma precificação à mercado;
- b) os outros bens que compõem o ativo imobilizado foram avaliados ao preço de custo;
- c) a totalização dos bens do ativo da empresa em recuperação foi de R\$ 12.070.937,23 (doze milhões, setenta mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos).

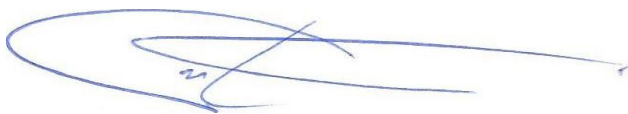
6 Parecer

Baseado nas informações apresentadas no presente Laudo, é o parecer que o Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado ao Juízo competente demonstra viabilidade econômico-financeira, pois:

- a) as premissas e pressupostos utilizados para as projeções dos demonstrativos financeiros e que são identificados nos indicadores operacionais e financeiros do Plano são compatíveis com padrões razoáveis no mercado;
- b) o Plano apresenta a possibilidade de normalização e continuação das atividades operacionais da Recuperanda tornando possível a geração de recursos e sua capacidade de pagamentos aos credores;
- c) a capacidade de geração de caixa decorrente do caixa disponível projetado para os próximos anos é suficiente para a cobertura do programa de pagamentos aos credores, na forma proposta.

Dessa forma, após análise das informações apresentadas, da constatação da coerência dos demonstrativos e projeções financeiras e da absoluta possibilidade e capacidade de pagamentos aos credores, é de parecer que o Plano de Recuperação apresenta viabilidade econômico-financeira.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022.



Carlos Alberto Rangel Serra
Economista CORECON 19144